

-----ACTA-----

-----DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE JULHO DE 2008-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Julho de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, que disse:-----

-----A violação repetida do direito de oposição e a posição peculiar perante a Lei 169/99 com a redacção dada pela Lei 5-A, que estabelece o regime de funcionamento dos órgãos da administração autárquica, tem caracterizado os dois últimos mandatos de maioria absoluta PS.-----

-----Exemplos desses atropelos à democracia são constantes e visíveis, em grandes e pequenas questões da gestão autárquica. Vou hoje dar mais um exemplo dos mesmos:-----

-----Com a Ordem de Trabalhos desta reunião e os documentos preparatórios da mesma foi-me entregue na passada quarta-feira, dia dezasseis de Julho, um conjunto de cartas e convites dirigidos à minha pessoa como Vereadora e que passo a enumerar: Um convite para a abertura das festas na freguesia de Benfica do Ribatejo a ter lugar no dia dez de Julho; um convite para

assistir ao Troféu José Casebre de Dança Desportiva, a realizar no sábado, cinco de Julho; um convite do Sr. Presidente da Câmara para inaugurar a exposição de Pedro Rosa na Biblioteca Municipal, a ter lugar a doze de Julho; e para terminar, a informação para participar na discussão pública do PROT a ter lugar no dia onze de Julho na Casa do Brasil, em Santarém.-----

-----trinta e quatro anos após o Vinte e Cinco de Abril a democracia participativa ainda não chegou a Almeirim. Não se me oferece mais comentários.-----

-----A mesma autarca referiu que era bom que o Vereador da Higiene e Ambiente mandasse efectuar uma lavagem ao pavimento da Praceta Vinha do Santíssimo, em Almeirim, que está num estado de nojo inaceitável e avisasse a cervejaria que não deve mandar baldes de água suja para a via pública.-----

-----Disse ainda que a população de Almeirim lhe tem feito chegar o seu desagrado e preocupação pelo incómodo causado pelas formigas que este ano invadiram todos os jardins públicos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos entregou dois requerimentos, um solicitando informação se o Município cobra a taxa de TMDP às operadoras de telecomunicações e se esta receita foi cobrada em dois mil e cinco e dois mil e sete e outro solicitando informação sobre o movimento de pessoal da empresa municipal ALDESC, entradas e saídas nominativas desde o último trimestre de dois mil e sete até agora.-----

-----O mesmo autarca formulou "um apelo institucional, já que os actuais eleitos vão estar em funções até Outubro de dois mil e nove, para que haja um esforço que permita uma sã convivência democrática, no âmbito da qual os membros eleitos da oposição poderão ter acesso à informação, a que, por uma questão de princípios, não podem abdicar.-----

-----A forma como se trabalha nas reuniões de Câmara precisa ser melhorada, todos estão cá por Almeirim, queremos o melhor para a população e, nesse sentido, faço um apelo ao Sr. Presidente da Câmara, que já conta com uma larga experiência de dezoito anos, de envolver a oposição com vista a uma colaboração global, neste

ano e meio. Nem tem a ver com política, é mais pelo facto de que nunca convivi nesta animosidade institucional, mas sempre podemos melhorar, em prol dos munícipes."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse:-----

-----«1-Prisão do Presidente da Câmara-----

-----Quero lamentar, mais uma vez, a ausência de qualquer ponto na OT referente à prisão do Sr. Presidente da Câmara, anunciada para o meu Concelho e do nosso desconhecimento total.-----

-----2-"PULHICE"-----

-----Em relação a declarações públicas do meu colega vereador Pedro Ribeiro, que, elevadamente e com grande espírito democrata classificou de "pulhas" os senhores vereadores da CDU, do PPD/PSD e a mim próprio, ameaçando-nos com retaliações inconfessáveis, noto que:-----

-----"Se o jovem vereador Pedro Ribeiro fosse sapateiro falava de sapatos"-----

-----Atendendo a que sou professor de profissão e que nestes exageros juvenis devo ter uma atitude pedagógica, solicito ao meu colega vereador que até à próxima reunião de câmara assuma publicamente que exagerou. Se não o fizer vou exemplificar o que são pulhices, com factos recentes e enquanto vereador no desempenho do cargo para que fui democraticamente eleito.-----

-----3-ALDESC, EM-----

-----FUTURO DOS TRABALHADORES DA EMPRESA MUNICIPAL ALDESC, EM (empresa em situação de extinção e liquidação)-----

-----Que se cuide quem ousar discordar do Presidente.-----

-----A propósito de mais duas retiradas de confiança política, por delito de opinião, instrumentalizadas pelo actual presidente da câmara que pretende dessa forma, como se isso fosse possível, controlar tudo e todos, noticiou "O Mirante", citando o presidente da Câmara a propósito do Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----"... para a extinção da ALDESC na Assembleia Municipal "fez o PS cair em descrédito", pois surgiram dois pareceres da Câmara e da CCDR-LVT que contrariaram o de Armindo Bento.-----

-----Mas o que é que, desta vez, pretende com esta afirmação? O que é que isto esconde? Interroguei-me.-----

-----O senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos tem perguntado repetidamente nas últimas reuniões do executivo municipal em que ponto se encontrava a situação dos trabalhadores da ALDESC, referindo também que já passaram quase 7 meses desde o início da aprovação da extinção e liquidação dessa empresa municipal e ainda não se sabe o destino dos trabalhadores. Perguntou, repetidamente, também, se a Câmara Municipal já procedeu ao registo da liquidação na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim.-----

-----Como vem sendo prática corrente, o senhor presidente da câmara não respondeu, nos prazos fixados legalmente (10 dias), conforme a alínea s) do n.º 1 do art.º 68.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, o que põe em causa o regular funcionamento deste executivo municipal, que fica assim impedido de exercer as suas competências previstas no art.º 64.º da citada Lei. Aliás o senhor presidente da câmara ainda não executou a deliberação da assembleia municipal, nem deu cumprimento á sua decisão sobre a extinção da empresa municipal Aldesc (alínea c) do n.º1 do art.º 68.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro cuja deliberação foi tomada em 16 de Novembro de 2007.-----

-----E daí recolhi os documentos relativos a esta matéria de extinção da empresa municipal ALDESC, contra a qual votei contra e fiz voto de vencido e tenho os seguintes documentos que distribuo para "avivar a memória a todos"-----

-----1. Um parecer da CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo de 30.10.2007 , refª DSAJAL/DAJ 002142-2007 resposta a um pedido do of.º n.º 5465 da DGAL ( Direcção Geral das Autarquias Locais) " que manda aplicar o " disposto no art.º 318.º do Código do Trabalho, o que significa que, o município deverá criar um outro quadro de pessoal onde integrará estes trabalhadores com contrato individual de trabalho".-----

-----2.A Acta da sessão da Assembleia Municipal de 16 de Novembro de 2007 que deliberou fixar as condições da extinção da empresa municipal, dado existir um dever de fundamento deste acto e que consagra o determinado no parecer da CCDRLVT de 30 de Outubro de 2007, atrás referido.-----

-----Ora, nas entrevistas citadas anteriormente, o senhor presidente faz referência a um parecer "dos consultores jurídicos da Câmara que não conhecemos e nunca nos foi distribuído.-----

-----A questão é, o que se pretende com este procedimento?-----

-----•Será chantagem sobre os trabalhadores da Aldesc?

-----•Será que "há alguém" para entrar pela porta do cavalo?

-----•Ou será, como é seu estilo "castigar" algum(s) trabalhador(es)?-----

-----Alguma coisa deve ser.-----

-----Um nota sobre esta matéria, também não conheci qualquer parecer do senhor presidente da assembleia municipal, apenas me lembro de qual era a posição que defendia, "A situação surge depois do presidente da assembleia municipal, Armindo Bento (PS), ter defendido que os funcionários podem passar para a alçada da câmara, enquanto o vereador do PSD, Pedro Pisco dos Santos, jurista de profissão, entende que é necessário criar um quadro de trabalhadores novo." (cf. Jornal (site) O Mirante de 5.Dez 2007).-----

-----Ora a Assembleia Municipal deliberou exactamente a necessidade de criação de "um novo quadro de pessoal onde integrará os trabalhadores com contrato individual de trabalho" cf o parecer da CCDRLVT referido e o que defendia o Dr. Pedro Pisco Santos".-----

-----Do meu ponto de vista pessoal, não jurídico necessariamente, deveriam ter sido integrados imediatamente nos quadros da câmara. Tenho dúvidas que se tal fosse fundamentado que não era isso que teria acontecido, tanto mais que há trabalhadores que entraram ao serviço da câmara muito mais tarde e são do seu quadro, isto é ou não uma situação de injustiça

para esses trabalhadores que há tantos anos trabalham, em exclusivo, para a câmara?-----

-----Então questiono-me quanto aos motivos obscuros que existirão para que o senhor presidente da câmara queira "armar mais uma confusão".-----

-----No sentido de procurar ser esclarecido, apresento, pois a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> mais um requerimento a que deverá responder no prazo de dez dias, como estipula a Lei.-----

-----REQUERIMENTO nº 08/2008-----

-----Assunto: Extinção da ALDESC,em.-----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim----

-----Francisco Manuel Maurício do Rosário, vereador em exercício de funções no executivo municipal, de acordo com o estipulado na alínea s) do nº 1, do artº 68º da Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, que alterou a Lei 169/99 de 18 de Setembro, e as exigências de vinculação, no exercício das suas funções e competências, ao cumprimento previsto no artº 4º da Lei 29/87 de 30 de Junho, nomeadamente:-----

-----"a) Em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos:-----

-----i) Observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem;-----

-----ii) Cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências;-----

-----b) Em matéria de prossecução do interesse público: "Salvaguardar e defender os interesses públicos do Estado e da respectiva autarquia;"-----

-----Assim, solicito que no prazo de 10 dias me sejam fornecidos os dados seguintes:-----

-----a)Cópia do parecer jurídico, referido aos órgãos de comunicação social, acerca dos trabalhadores da ALDESC emitido pelos consultores jurídicos da câmara que, até agora é desconhecido para mim.-----

-----b)Cópia do quadro de pessoal da empresa municipal ALDESC,

referencia a 31 de Dezembro de 2007, (nome, categoria, remuneração e antiguidade).-----

-----c)Questiono se, após a decisão aprovada de proceder à extinção da ALDESC e até hoje, foi elaborado algum tipo de contrato com algum trabalhador e a data respectiva desse contrato?-----

-----d)Questiono se, através da ALDESC, tem vindo a ser efectuado o pagamento de trabalho extraordinário, a trabalhadores do quadro da câmara e aos trabalhadores que ainda aguardam que o senhor presidente da câmara cumpra o que legalmente está previsto?-----

-----e)Questiono-o quanto aos motivos que fundamentam a situação do trabalhador, com antiguidade desde 2003, pelo menos - Nuno Cruz Bárbara - que sendo auxiliar administrativo, com bons conhecimento de informática se encontra a fazer outros serviços, em desacordo com a sua categoria profissional?-----

-----f)Questiono-o quanto aos motivos e fundamentos que levam a que o Dr. João Rui Evangelista, técnico superior do quadro da Câmara, se encontre, desde a minha saída de vice-presidente (Novembro de 2006), sem que lhe seja distribuído qualquer trabalho? Estes são dois exemplos, entre outros. Uma auditoria séria detectará muito mais situações, que em nada dignificam os autarcas e a Câmara Municipal de Almeirim, mas que só a pequenez e a incompetência de alguns permite. Esta postura presidencial, atinge trabalhadores competentes, sobre os quais estão a incidir danos que os afectam na sua vida privada e em sociedade e que pela sua gravidade merecem a tutela do direito.

g)Questiono-o quanto à forma como se procedeu aos pagamentos, neste semestre, aos funcionários da suposta extinta Aldesc. Que tenha tido conhecimento, não foi estabelecido nenhum contrato programa que o permita. Então com que base legal tem transferido dinheiro para a Empresa?-----

-----Nos termos da Lei aguardarei que me seja dada a resposta para posteriormente agir em conformidade na defesa da legalidade.-----

-----E acrescentou o mesmo autarca:-----

-----A fim de tentar superar as vossas aparentes dificuldades em criar um novo quadro de pessoal, ofereço-lhe fotocopia do Quadro de pessoal e Regulamento Sujeito ao Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho e Procedimento de Selecção da Câmara Municipal da Azambuja, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto -Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, conjugado com os n.ºs. 4 e 5 do artigo 11º da lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.»-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro respondeu ao seu colega que o antecedeu que "Se o Sr. Vereador estiver disponível para aceitar que a sua atitude não foi a mais correcta, eu também estou disponível para retirar o que disse."-----

-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----ACTAS - A Câmara deliberou aprovar a Acta da reunião de dois de Junho passado, com emendas e com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, por não ter participado e, por unanimidade, a Acta da reunião de dezanove de Junho passado.-----

-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----COMPRA DE TERRENO - PERMUTA - Com a presença do consultor jurídico Victor Baptista, o executivo iniciou a análise da informação da Chefe de Repartição, que, na sua essência refere:-

-----"1) Por deliberação de quatro de Agosto de mil novecentos e noventa e sete foi celebrado contrato promessa de compra e venda com Manuel Baptista Ferreira Bento, em vinte e dois de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, pelo qual o Município comprava dois mil e vinte metros quadrados e nove mil novecentos e cinquenta e oito centímetros quadrados a desanexar do seu prédio rústico 011.0121.0000 de Fazendas de Almeirim, pelo preço de vinte milhões duzentos e nove mil novecentos e cinquenta e



oito escudos.-----  
-----2) O outorgante alcançou receber a totalidade do preço sem efectuar a escritura de compra e venda, como era imposto pela cláusula quarta e desde então que o assunto se encontra num impasse e entregue ao Dr. Victor Baptista para resolução.-----  
-----3) No dia vinte e seis de Junho passado recebi o Dr. Victor Figueiredo que me veio pôr ao corrente da situação respeitante a este e outro negócio, agora concomitantes, me entregou documentos e que passo a relatar:-----  
-----4) Falecido o vendedor inicial, a família Ferreira Bento efectuou um destaque do mencionado prédio rústico que obrigou a que a única forma de agora obter a área prometida vender e cobrada ao Município, seria através de loteamento.-----  
-----5) Do loteamento resultaram dois lotes, com as áreas de quinhentos e sete metros quadrados e meio e setecentos e quarenta e dois metros quadrados e meio e a cedência ao domínio público de setecentos e setenta e um metros quadrados, o que perfaz a área inicialmente negociada. Os dois lotes são propriedade de Emília Reguinga, viúva do vendedor inicial.-----  
-----Porém o negócio reveste-se agora de outras características que não incorporam a deliberação de mil novecentos e noventa e sete. E para que o negócio se concretize necessário se torna que a Exm<sup>a</sup> Câmara aceite que o preço pago corresponde aos actuais dois lotes, o que poderá não ser difícil, já que, mesmo com menor área, está a adquirir terreno urbano, volvidos dez anos.--  
-----6) Também me comunicou o mencionado causídico que foi permutado o terreno referido em 1) com Baptista & Gil, Ld<sup>a</sup>, o que terá sido objecto de contrato-promessa (em cumprimento da deliberação de dezoito de Abril de dois mil e cinco).-----  
-----7) Torna-se necessário regularizar a aquisição do terreno referido em 1) e 5), que é o mesmo (mesma área?), e regularizar a permuta com a empresa Baptista & Gil, Ld<sup>a</sup>, para o que necessito confirmação das áreas a permutar.-----  
----- . . .”-----  
-----O Sr. Dr. Victor Baptista reiterou a informação da

funcionária e historiou o processo que, devido a 'trocas e baldrocas' se complicou sem que a escritura se tivesse realizado, foi necessário permutar este terreno que a Câmara havia adquirido com o de Batista & Gil, Lda a fim de configurar urbanisticamente a praça e a empresa acedeu, embora, devido à Câmara não poder celebrar a escritura, esta empresa tem estado a efectuar a construção sem licença, situação que regularizará logo que a escritura seja feita.-----

-----O Sr. Presidente corrigiu que Batista & Gil não construiu sem licença, antes, cumpriu todos os requisitos que lhe foram impostos, houve uma deliberação de permuta e ficou a aguardar a escritura a celebrar com o Município.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que, atendendo a que o Dr. Victor Baptista acaba de dar um conjunto de informações, oralmente, que não ficaram registadas em Acta, solicita que este ponto pare por aqui, até que esta informação dada pelo Dr. Victor Baptista venha por escrito.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos subscreveu as palavras da Srª Vereadora que o antecedeu mas confessa que não se sente habilitado a analisar o problema de forma linear: passaram mais de dez anos, os vendedores receberam a última prestação do preço sem fazer a escritura e a Câmara permitiu, quando tinha a obrigação de salvaguardar os seus próprios interesses.-----

-----O Sr. Presidente referiu que existe uma proposta de adiamento do assunto e, da sua parte, uma proposta para a sua resolução na presente reunião e vai colocar ambas as propostas à votação.-----

-----Deste escrutínio resultou que a proposta defendida pelo Sr. Presidente foi aprovada por cinco votos a favor e os votos contra e de vencidos dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos, que não se sentem em condições de votar o assunto.-----

-----Assim sendo, foi submetido a votação o negócio jurídico que atrás ficou explanado, pelo qual o Município aceita receber, em

substituição da área inicialmente negociada com Manuel Baptista Ferreira Bento, de sua viúva Emília Reguinga, dois lotes de terreno em Fazendas de Almeirim, com as áreas atrás indicadas, a mesma localização e o mesmo valor, nada mais tendo a pagar pelos mesmos.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, aprovar, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Pedro Pisco dos Santos e Francisco Maurício, todos com votos de vencido.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha justificou o seu voto contra, válido para os pontos dois e três da Ordem de Trabalhos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido porque os esclarecimentos aqui prestados não são, a meu ver, juridicamente suficientes, já que deveria ser apresentado um parecer escrito sobre esta situação, a fim de me ser possível analisar e dar o meu voto favorável a esta situação colocada ao executivo municipal.-----

-----Gostaria de salientar que estranho que a Câmara tenha demorado dez anos para resolver este assunto, quando já efectuou o pagamento total do imóvel, violando o disposto na cláusula quarta do contrato-promessa, o que configura uma violação grosseira da lei. A par disso, o PSD gostaria que o Sr. Presidente da Câmara tivesse apresentado, como existe no ponto quatro, um parecer jurídico sobre este assunto, de forma a proteger todos os membros da Câmara das eventuais responsabilidades financeira e criminal pela prática de um acto que pode configurar violação de lei.-----

-----Apesar de ter votado contra, desconheço o que foi aprovado neste ponto, dado que a informação apenas levanta a questão mas desconheço o teor da deliberação, quanto à aquisição e permuta."-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário declarou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido, porque não estou disposto a dar cobertura a este tipo de actuação de uma entidade pública.-----

-----A Câmara de Almeirim tem obrigação de ser, exemplar, totalmente transparente e cumprir, atempadamente, todos os procedimentos legais.-----

-----Não o faz regularmente.-----

-----O executivo só toma conhecimento das negociatas (trocas e baldrocas segundo o Dr. Vítor Batista, presente na reunião) quando é chamado a dar cobertura a coisas pouco claras e desfasadas no tempo.-----

-----Não estou disposto a isso.-----

-----Quem quiser que o faça, eu não.-----

-----Bom seria que a negociação que já decorre e da qual não temos qualquer informação, para aquisição do terreno para o futuro Centro Escolar das Fazendas de Almeirim não seja mais uma "troca e baldroca" que, como sugerem os "mentideros" já começou mal."-----

-----O Sr. Presidente declarou:-----

-----"Voto a favor de se manter a deliberação pelo facto de ter de se dar outra forma, como o Dr. focou, a uma compra que foi efectuada em mil novecentos e noventa e sete e escriturada em mil novecentos e noventa e oito, em promessa, e nessa promessa, no ponto sete estar referido que a aquisição é feita por interesse público.-----

-----Não é por culpa da Câmara que há dez anos que não se conseguiu fazer a escritura, visto que, por várias vezes, fizemos diligências para que se efectuasse.-----

-----Só para terminar, é de referir que a mim me parece suficiente para justificar o voto a favor a informação subscrita pela funcionária Graciete e que o Dr. pretende apenas avalizar essa informação, sob o ponto de vista jurídico, se alguma questão fosse levantada pela Vereação."-----

-----De seguida o Sr. Presidente submeteu a votação a permuta dos atrás referidos dois lotes, com os números um e dois da Rua de São José em Fazendas de Almeirim, com quinhentos e sete metros quadrados e meio e setecentos e quarenta e dois metros quadrados e meio, advenientes do loteamento com a Autorização

número três de dois mil e oito, a que se refere o negócio anterior, pelo prédio urbano de Batista & Gil, Lda, sito na Rua Treze de Maio e Rua de São José, em Fazendas de Almeirim, com mil e trinta e três metros quadrados nove mil novecentos e sessenta centímetros quadrados, avaliando os dois lotes municipais pelo seu preço de aquisição de cem mil oitocentos e seis euros e oitenta e cinco cêntimos e o prédio a receber da empresa pelo mesmo valor.-----

-----O executivo deliberou, por maioria, efectuar a permuta nos termos propostos, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Pedro Pisco dos Santos e Francisco Maurício, que formularam votos de vencido e justificaram a sua posição pelos mesmos motivos já anteriormente invocados.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário declarou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido, pelos mesmos motivos aduzidos no ponto anterior."-----

-----O Sr. Presidente justificou o seu "voto a favor referindo que o que esteve em deliberação foi a mesma questão objecto de votação e aprovação por unanimidade em dezoito de Abril de dois mil e cinco e que apenas houve mudança de forma."-----

-----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM - Com a presença do consultor jurídico Victor Baptista, foi analisada a informação do Chefe de Secção Luís Leitão, na qual esclarece que a lista de preços da proposta objecto de adjudicação da obra de Construção do Centro Escolar de Almeirim apresenta diversas falhas e repetições e que o preço da proposta não coincide com o valor resultante do somatório da lista de preços unitários.-----

-----É acompanhada de parecer fundamentado do consultor jurídico que conclui:-----

-----Os concorrentes têm o dever fundamental de apresentar todos os documentos exigidos para efeitos de concurso; A falta de apresentação dos elementos exigidos é fundamento de exclusão da

proposta; Não estando a proposta instruída com a lista de preços unitários no que concerne a diversos artigos, está a mesma inquinada de omissão que teria de conduzir à sua exclusão; Não estando a proposta de um concorrente instruída com a lista de preços unitários está a mesma inquinada de omissão, o que teria de conduzir à sua exclusão; A decisão de exclusão, em casos como o vertente, deve entender-se como uma decisão vinculada, dado que o poder de admissão e exclusão é um poder vinculado e tendo-se constatado que a proposta é omissa quanto a um dos requisitos fixados na lei, a sua admissão constituiria uma ilegalidade que a entidade adjudicante tem de reparar; Face ao princípio da legalidade, o facto de ter sido indevidamente admitida uma proposta não preclui a possibilidade de a mesma vir a ser excluída posteriormente, por não existir qualquer consolidação de direitos por parte do concorrente; Actos que sejam desconformes com o que se disponha nesses programas são sujeitos ao regime da invalidade jurídico-administrativa, actos ilegais e anuláveis ou revogáveis, directamente ou através da sua repercussão no acto final do procedimento; Deve, portanto, a a Câmara Municipal, enquanto autora do acto, com fundamento na anulabilidade da deliberação de dezanove de Junho passado, projectar a revogação dessa deliberação, nos termos das disposições conjugadas dos Artigos 135º, 136º nº 1, 138º, 141º nº 1 e 143º nº 1 do CPA e, querendo, em simultâneo, projectar a deliberação de adjudicação ao concorrente imediatamente classificado, cumprindo o princípio de audiência dos interessados.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, referindo a informação do Sr. Luís Leitão e o parecer do Dr. Victor Baptista, estranha que a proposta não tenha passado por este crivo prévio por parte da Comissão de Análise das Propostas e sugeriu que, a partir de agora, as propostas a concurso sejam objecto deste escrutínio técnico atempado. Também estranha, se foi dado prazo para contestação aos outros concorrentes, nenhuma empresa ter reclamado desta situação. Este foi um concurso de que não teve

acesso ao Programa de Concurso e Caderno de Encargos, mas acha tudo isto surrealista. Apesar de se ter absterido na deliberação de adjudicação, vai votar contra e fazer voto de vencido, porque não tem meios para verificar da veracidade dos argumentos.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário perguntou se a Câmara, para além da revogação da deliberação de adjudicação vai também deliberar a adjudicação ao segundo classificado e quem é.-----

-----O Dr. Victor Baptista respondeu que é a Eco-Edifica e o autarca perguntou se já fizeram a verificação desse segundo classificado para não passarem pela mesma figura.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse compartilhar da opinião do Sr. Vereador Francisco Maurício, trata-se de uma matéria muito complicada, erros acontecem a quem trabalha, é um tema de muita complexidade e devia ter acompanhamento jurídico. Disse ainda que gostaria de saber se a proposta do segundo concorrente está em condições ou não.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, manifestar concordância com o parecer do consultor jurídico e com os fundamentos do mesmo e deliberou, nos termos das disposições dos Artigos 135º, 138º, 141º, 142º, 143º, 144º e 145º do Código do Procedimento Administrativo, revogar a deliberação de dezanove de Junho de dois mil e oito, que fez a adjudicação da empreitada à empresa Nogueira & Matias, Limitada.-----

-----Mais deliberou, igualmente por maioria, manifestar a intenção de adjudicar a empreitada de Construção do Centro Escolar de Almeirim a Eco-Edifica, Ambiente, Infraestruturas e Construções, SA, segundo classificado na lista de concorrentes, com o preço de um milhão quatrocentos e trinta mil oitocentos e oito euros e noventa e cinco cêntimos, em proposta condicionada a duzentos e quarenta dias de prazo, com fundamento no relatório de análise das propostas e submeter esta deliberação à audiência dos interessados.-----

-----Ambas as deliberações contaram com quatro votos a favor dos eleitos socialistas, a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e

Francisco Maurício do Rosário.-----  
-----Este último autarca fez a seguinte declaração:-----  
-----"É incrível tanto amadorismo! À mulher de César .... Parece estarmos a dar razão aos que ficaram surpreendidos por a ECODIFICA não ter ganho à primeira.-----  
-----Voto contra e faço voto de vencido, porque tenho sérias reservas em relação à legalidade deste processo e nem mesmo o parecer apresentado me merece confiança, basta atentar em situações anteriores. Parece-me que o Júri deveria ter mandado verificar a candidatura antes que a proposta de adjudicação tivesse vindo a este executivo que a considerou como boa. Faço votos sinceros para que a verificação da candidatura do segundo classificado, a Ecoedifica, tenha sido feita para não voltarmos a cair, novamente no ridículo.-----  
-----Afinal, contrariamente ao que se pretendeu insinuar, se houver atrasos na construção do Centro Escolar, fica-se a dever ao Júri do Concurso."-----  
-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha declarou:-----  
-----"Voto contra e faço voto de vencido porque o que aqui acontece hoje vem demonstrar a leviandade e obscuridade com que são tratados os concursos públicos e os processos de obras da autarquia.-----  
-----Considero que continuo, depois desta reunião e dos pareceres entregues, sem a capacidade para dar um voto favorável em consciência e tranquilidade.-----  
-----Espero que o processo que se venha a seguir em relação ao segundo classificado seja mais transparente e permita aos membros deste executivo avaliar com mais transparência e, para isso, tem de nos ser fornecido o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos."-----  
-----O Sr. Vice-Presidente disse:-----  
-----"Falou-se de palavras como seriedade, transparência, leviandade, obscuridade. Acontece que este concurso tinha apenas e só dois factores de avaliação, preço e prazo, factores totalmente objectivos, nada subjectivos, onde, claramente, as



palavras ditas anteriormente apenas farão sentido num contexto de declaração política. O concurso, todo ele, é público e se é verdade que à Comissão de Análise passou a verificação aqui em causa, é também verdade que todos os outros concorrentes tiveram oportunidade de verificar os documentos e nada encontraram.-----

-----Ainda de realçar que os dossiers estiveram à disposição dos Srs. Vereadores para poderem verificar o que entendessem.-----

-----A proposta de formalizar a intenção de adjudicação ao segundo classificado não é mais que o cumprimento do estabelecido em lei e, volto a referir, que os únicos critérios de avaliação foram o preço e o prazo, repito, critérios, totalmente objectivos."-----

-----O Sr. Presidente declarou:-----

-----"Na aprovação destes pontos da Ordem de Trabalhos de hoje têm-se reiterado acusações feitas em reuniões anteriores, quer ao Presidente, quer a funcionários e técnicos que trabalham para esta Câmara. Se aquelas que são dirigidas ao Presidente são dadas de barato e não têm qualquer significado, já no que diz respeito aos técnicos e funcionários quero deixar, mais uma vez, os votos da minha confiança na maneira dedicada e competente com que tratam os assuntos da Câmara."-----

-----CONCURSO PÚBLICO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO E PARA FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS NO REFEITÓRIO - Foi presente o processo respeitante à abertura de concurso público em título.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que o processo deveria ser acompanhado pela folha de cabimento de verba.-----

-----A Câmara deliberou aprovar o Programa de Concurso, Caderno de Encargos, Condições Técnicas e demais documentos que instruem o processo, por maioria, com o voto contra da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que o seu voto contra se deve a uma questão de princípio, porque a CDU está contra,

estive no passado e continua a estar contra a entrega dos refeitórios escolares a empresas privadas.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse:-----

-----"Voto a favor, mas responsabilizo, desde já, os responsáveis pelo atraso com que este concurso vai decorrer, pese embora todas as chamadas de atenção que tenho feito. No início do ano lectivo, certamente ainda não teremos efectuado, mais uma vez, a adjudicação.-----

-----Na minha opinião era perfeitamente escusado."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----"Voto a favor do lançamento do concurso público para fornecimento de refeições. Em todo o caso, alerto para o facto de que o pedido de lançamento do concurso público deveria trazer apenas uma folha a declarar que há cabimento orçamental na rubrica competente para a realização da despesa."-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----LOTEAMENTO DE PAÇO DOS NEGROS - Foi presente o requerimento de Maria Judite Coutinho Garcia solicitando a compra dos lotes vinte e sete a vinte e nove da Zona de Serviços de Paço dos Negros com destino a instalar um lar de terceira idade, centro de dia e apoio domiciliário.-----

-----Tem informação do Arqº Sampaio segundo a qual a actividade não é de todo enquadrável na Zona de Serviços e propõe, caso a Câmara o entenda, uma alteração à zona habitacional do loteamento, pela qual se aglutinem vários lotes num único lote, com o número quarenta e quatro, com a área de mil novecentos e cinquenta metros quadrados e destinado a equipamento de apoio à terceira idade.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que quer saber o que presidiu à divisão dos terrenos e loteamento de Paço dos Negros e quais os serviços que podem ser instalados na Zona de Serviços.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que um

equipamento como o mencionado até é necessário naquela zona e de acordo com os últimos Censos o envelhecimento da população local é acentuado, pelo que é a favor da alteração necessária ao loteamento, para o mencionado fim.-----

-----A Câmara deliberou inquirir do interesse da particular nos termos propostos pelo Arqº, com vista à alteração do loteamento municipal.-----

-----PROTOCOLO COM A ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA - Foi submetido a apreciação o Protocolo a celebrar com a Escola Prática de Engenharia, previamente distribuído pelos Srs. Autarcas e que visa aproveitar a especialização daquela unidade militar para a execução de trabalhos de limpeza das margens de um troço da Ribeira de Muge, entre a Ponte de Marianos e a Ponte em Vale de Veados, no município de Almeirim, numa extensão de dois mil e quinhentos metros, para o que será utilizado um grupo de trabalho e equipamento, cujos custos deverão ser ressarcidos pelo Município.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que qualquer intervenção em linha de água carece de autorização da autoridade competente e pergunta onde está a autorização concedida para o efeito e o processo de limpeza da vala apresentado perante a CCDR a definir a orientação para a intervenção a efectuar.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que foi pedida autorização e foi concedida mediante condições, para além de que os técnicos da CCDR se deslocariam ao local para acompanhar as obras a efectuar. E comunicou que os documentos pedidos pela Srª Vereadora lhe serão entregues.-----

-----A mesma Vereadora disse que viu um Protocolo, não teve tempo para fazer contas mas, atendendo que os encargos financeiros cabem à Câmara, qual o custo total da intervenção? E se não foi feita esta ponderação, qual o estudo que determina que esta intervenção é mais económica em relação à de uma empresa do ramo?-----

-----Um Protocolo deve beneficiar as duas entidades envolvidas e

deve-lhe ser provado que daqui resulta benefício para o Município de Almeirim, para além do custo previsível, cabimentação e guião de marcha do ponto de vista ambiental.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que uma intervenção deste cariz, que parece importante, só teve reparos e cargas de trabalhos, não lhe foi encontrado nada de bom, temos um conjunto de ecologistas no país que defendem que o melhor é não mexer em nada, mas reclamam quando não se mexe.-----

-----Estes Protocolos são disputados um pouco por todo o país, o Exército tem pedidos em lista de espera com mais de um ano e, naturalmente, são bastante mais vantajosos em termos financeiros, basta usufruírem das máquinas apropriadas.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que não põe em dúvida nem a competência nem deixa pressupor não poder haver vantagens para o Município, mas também quer ter provas dessas vantagens e não se esquece da limpeza da Vala de Almeirim, que foi sujeita a um estudo de impacto ambiental e não deixa de ser uma aberração técnico-ambiental e não gostaria que o mesmo acontecesse na Ribeira de Muge.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que "Gostaria apenas de referir que essa aberração técnico-ambiental foi aprovada pelo Ministro do Ambiente. A Sr<sup>a</sup> Vereadora não concorda com as normas do Ministério mas, com certeza que, quando o Partido Ecologista Os Verdes formar governo, essas regras serão alteradas à sua medida. Até lá não passam de opiniões."-----

-----Submetido a votação, a Câmara deliberou aprovar a celebração do Protocolo de Cooperação com a Escola Prática de Engenharia, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha.-----

-----Esta última autarca fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Abstenho-me por considerar inadmissível que esta questão venha nesta base a reunião de Câmara, sem trazer o custo estimado da operação, se há cabimento para tal, a prévia autorização da CCDDR para este tipo de intervenção e cuidados técnicos a ter na mesma, devido à sensibilidade ambiental deste

tipo de intervenção. Fico a aguardar que estes documentos que pedi me sejam entregues em posterior reunião.”-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse subscrever as palavras da sua ilustre colega.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário declarou:-----

-----“O preço desta intervenção é mais barato que recorrer a privados, mas no entanto não é barato, esta proposta carece de uma estimativa de custos e a respectiva cabimentação orçamental. Supondo que a legalidade da intervenção está garantida, voto a favor, embora ache a intervenção insuficiente.-----

-----Intervenções desta natureza devem ser feitas a montante e a jusante, pois só assim terão eficácia, à semelhança do que Torres Novas e a Golegã fizeram no Rio Almonda. A Ribeira de Muge vem de Abrantes, passa pela Chamusca e Almeirim e desagua em Salvaterra de Magos, só uma parceria intermunicipal com a Escola Prática de Infantaria era garante de um trabalho com qualidade.-----

-----Fico preocupado com a eventual falta de trabalho para os detidos na cadeia do presidente da câmara, já devidamente prometido em solene protocolo.”-----

-----TARIFÁRIO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Foi presente a proposta de tarifário em título que comporta os preços para cobrança de fornecimento de água, saneamento, recolha de resíduos sólidos e tarifa de disponibilidade por diâmetro de contador, a qual se encontra anexa a esta Acta dela fazenda parte integrante.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que:-----

-----“O Sr. Presidente anteriormente pediu a retirada deste ponto, a pretexto de necessitar de documentos da ANMP e depois retirou-se porque não havia mais nada de interessante. Agora voltou a agendar o assunto, sem mais nenhum papelinho que justificasse a retirada e só podemos concluir de tudo isto que se fosse o Vereador Pedro Ribeiro a falar, que lhe cheirava a pulhice, mas como é a Vereadora Manuela Cunha diz que lhe cheira a estratégia política.-----

-----E acrescentou: “Discordo totalmente da proposta de tarifário

que visa introduzir uma nova tarifa na factura da água, que considero ilegítima, intitulada de tarifa de disponibilidade.-----

-----A introdução desta tarifa na factura foi um malabarismo encontrado para substituir a perda de receitas originada proibição de cobrança de aluguer de contadores imposta pela lei dos serviços mínimos.-----

-----O problema é que se cobrar os contadores foi considerado ilegal, também o é4 cobrar esta tarifa, porque ao fazê-lo, consubstancia a imposição de um consumo mínimo obrigatório, o que é ilegal, assim como é também ilegal cobrar pelo direito de disponibilidade, porque ele já decorre do próprio contrato e não pode ser cobrado em acréscimo.-----

-----A posição aqui defendida pela CDU é também defendida pela Associação do Direito do Consumo, pela DECO e pelo Deputado do Partido Socialista Renato Sampaio, o tal que o Vereador Pedro Ribeiro considera pateta, um dos responsáveis pela lei dos serviços mínimos.-----

-----Em Almeirim, o PS quer tirar com uma mão aquilo que a nível nacional disse dar com a outra. Por isso votarei contra e farei voto de vencido.”-----

-----Submetida a votação foi a tabela de tarifas proposta aprovada por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício do Rosário e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário leu a sua declaração de voto do seguinte teor:-----

-----“Aprovação de Taxa Ilegal.-----

-----A nossa Autarquia acaba de criar uma nova taxa que, considero ilegal, para os serviços de água, Tarifa de Disponibilidade por Diâmetro de Contador, em vez do antigo Aluguer de Contador, como forma de contornar a lei 12/2008 (Republicação da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, que cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais) que foi aprovada pela Assembleia da República relativamente à cobrança do aluguer dos contadores.-----

-----Esta Lei permite que os consumidores deixem de pagar os alugueres de contadores de água, luz ou gás a partir de 26 de Maio próximo.-----

-----Nesta data entra também em vigor a proibição de cobrança bimestral ou trimestral destes serviços.-----

-----A partir desta data a factura de todos aqueles serviços públicos vai ser obrigatoriamente enviada mensalmente, evitando o acumular de dois ou três meses de facturação. A nova legislação passa a considerar o telefone fixo também como um serviço essencial e inclui igualmente nesta figura as comunicações móveis e via Internet, além do gás natural, serviços postais, gestão do lixo doméstico e recolha e tratamento dos esgotos.-----

-----O diploma põe fim à cobrança pelo aluguer dos contadores feita pelas empresas que fazem o abastecimento de água, gás e electricidade.-----

-----Também o prazo para a suspensão do fornecimento destes serviços, por falta de pagamento, passa a ser de dez dias após esse incumprimento, mais dois dias do que estava previsto no actual regime.-----

-----Outra mudança importante é o facto de o diploma abranger igualmente os prestadores privados daqueles serviços, classificando-os como serviço público, independentemente da natureza jurídica da entidade que o presta. Este diploma proíbe também a cobrança aos utentes de qualquer valor pela amortização ou inspecção periódica dos contadores, ou de "qualquer outra taxa de efeito equivalente.-----

-----O secretário de Estado da Defesa do Consumidor admitiu, que a nova taxa de disponibilidade de água criada para substituir a cobrança do aluguer dos contadores pode ser ilegal e aconselhou os consumidores a unirem-se contra as autarquias.-----

-----Fernando Serrasqueiro disse que o Governo aconselha «todos os consumidores a reclamarem pelas diferentes vias, quer através do Livro de Reclamações, quer utilizando os centros de arbitragem ou eventualmente um instrumento que já deu êxito em

Portugal, a acção colectiva».

-----A disponibilidade do serviço está incluída no próprio serviço, já que quando se faz um contrato da água, luz ou gás, a empresa não se obriga a servir o cliente apenas num determinado horário mas sim 24 horas por dia. Por isso, não faz sentido cobrar para o serviço estar disponível.

-----É uma obrigação acessória.

-----Anote-se que:

-----Lei 27/96 de 1 de Agosto Regime jurídico da tutela administrativa, Artigo 7 - Sanções - A prática, por acção ou omissão, de ilegalidades no âmbito da gestão das autarquias locais ou no da gestão de entidades equiparadas pode determinar, nos termos previstos na presente lei, a perda do respectivo mandato, se tiverem sido praticadas individualmente por membros de órgãos, ou a dissolução do órgão, se forem o resultado da acção ou omissão deste.

-----Artigo 9.º (Dissolução de órgãos) - Qualquer órgão autárquico ou de entidade equiparada pode ser dissolvido quando:

i) Incorra, por acção ou omissão dolosas, em ilegalidade grave traduzida na consecução de fins alheios ao interesse público. Pelo exposto Voto Contra e faço Voto de Vencido."

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:

-----"Voto contra e faço voto de vencido por considerar que esta alteração, designadamente a tarifa de disponibilidade, viola o disposto na Lei nº 12/98."

-----CAMPOS ELECTROMAGNÉTICOS - A Srª Vereadora Manuela Cunha referiu que, a seu pedido, foi solicitada à Autoridade Nacional de Comunicações, ANACOM, a divulgação dos estudos de avaliação de campos electromagnéticos das estações de radiocomunicação junto à GNR, na Rua Dionísio Saraiva e Rua do Campo da Bola, em Almeirim. A este pedido, até bem formulado, a ANACOM respondeu que no dia dez de Abril do corrente ano foram realizadas diversas acções nas imediações das estações referidas, tendo concluído que os valores de radiação não-ionizantes em locais de



acesso fácil à população são pelo menos cinquenta vezes inferiores aos níveis de referência de densidade de potência fixados na Portaria nº 1421/2004, de 23 de Novembro, relativa à limitação da exposição da população a campos electromagnéticos.-

-----Acrescentou a autarca que, como cidadã e como Vereadora, não aceita que lhe digam que é cinquenta vezes inferior aos níveis de referência. Quer as medições exactas e as datas em que foram feitas e continua a considerar que não lhe foi facultada resposta. Não se dá por satisfeita e considera que tem que se ter que ter outra exigência para com os órgãos responsáveis pela prestação destes serviços à população.-----

-----LICENÇAS DE BARES E ESPLANADAS - A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha comunicou que continua a aguardar informação sobre as licenças concedidas a bares e esplanadas, em termos de horários nocturnos e fiscalização desses horários e da lei do ruído, designadamente o Refúgio's bar, que funciona até às duas horas e o Almeirim bar que tem uma esplanada nas traseiras.-----

-----O Sr. Presidente informou que vai mandar proceder à recolha das informações.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com despesas dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-----

-----Associação Desportiva Fazendense - duzentos euros e noventa e dois cêntimos; CADCA - duzentos e sessenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos; Grupo de Futebol do Pessoal da Câmara Municipal de Almeirim - cento e vinte euros e dez cêntimos; Futsal Feminino de Paço dos Negros - duzentos e sessenta e sete euros e sete cêntimos; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros - trezentos e trinta e dois euros e noventa e sete cêntimos; Rancho Folclórico Infantil de Fazendas de Almeirim - trezentos e noventa e dois euros e noventa e sete cêntimos; Rancho Folclórico Adulto de Fazendas de Almeirim - trezentos e dez euros e um cêntimo; Rancho Folclórico Maduros de Cortiçóis; Marcha de Benfica do Ribatejo - trezentos

e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos; Escuteiros de Benfica do Ribatejo - trezentos e quinze euros e dezassete cêntimos; Escuteiros de Almeirim - quatrocentos e quarenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos; Lar de São José - seiscentos e setenta euros e oitenta e três cêntimos; Centro Paroquial Vida Plena - quinhentos e dois euros e vinte e quatro cêntimos; Centro de Dia da Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim - cento e noventa e três euros e noventa e sete cêntimos; Centro Paroquial ATL - cento e trinta euros e noventa e sete cêntimos; Casa de Repouso de S. João Baptista - trezentos e vinte e seis euros e sete cêntimos; Escolas de Marianos e Básica do segundo e terceiro ciclos de Fazendas - cento e oitenta e três euros e noventa e três cêntimos; Escolas de S. José, da Serra e de Paço dos Negros - cento e oitenta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos; Escolas de Paço dos Negros e Básica do Segundo e Terceiro Ciclos de Fazendas - cento e trinta e sete euros e quarenta e três cêntimos; Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim - duzentos e quarenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos; Escolas de S. José e da Serra - oitenta e cinco euros e doze cêntimos; Manuela Evangelista - seiscentos e quarenta e sete euros e noventa e seis cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - dois mil seiscentos e vinte e cinco euros e sessenta e oito cêntimos.-----

-----PCP - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português que acompanha cópia das perguntas formuladas aos Ministros da Agricultura e da Justiça do actual Governo sobre a instalação do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo.-----

-----PISCINAS - A pedido do Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, a Câmara deliberou autorizar a utilização gratuita das Piscinas Municipais, durante três manhãs por semana, entre as

dez e as treze horas.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Associação Rancho Folclórico de Paço dos Negros, para os fatos do Rancho Infantil - oitocentos e cinquenta euros; Secção de Futsal da Associação Desportiva Fazendense, para encerramento da época passada - seiscentos e cinquenta euros; Associação Desportiva Fazendense, para inscrição de atletas - oito mil e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos, contra a apresentação dos recibos pagos na Associação; União Futebol Clube de Almeirim, para inscrição de atletas - sete mil e oitocentos euros, contra a apresentação dos recibos pagos na Associação; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, para deslocação de um atleta aos mundiais de Pesca na Bélgica - duzentos e cinquenta euros; União Futebol Clube de Almeirim, para aquisição de um autocarro - dois mil euros; CRIAL, para pagamento das férias dos utentes no Hotel Social em Mil Fontes - duzentos e sessenta e nove euros e noventa e um cêntimos; Secção de Pesca Desportiva do Hóquei Clube Os Tigres, para o Campeonato Nacional da Primeira Divisão de Pesca Desportiva - quinhentos euros; Junta de Freguesia da Raposa, para o nono Encontro da Juventude e décimo primeiro Encontro do Idoso - onze mil seiscentos e vinte e seis euros e oitenta e oito centimos; e Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, para as Comemorações do Vinte e Cinco de Abril e participação no festival de folclore - setecentos e sessenta e oito euros e vinte e três cêntimos.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou aprovar a seguinte proposta, motivada pelo excesso de velocidade, com vista à colocação de redutores de velocidade e respectiva sinalização nos seguintes locais:-----

----Rua Domingos Nunes, em Fazendas de Almeirim, junto ao lote

trinta e dois;-----  
-----Rua Adelino Novais Branco, na Quinta de S. Miguel, em  
Almeirim, junto ao lote quarenta e seis;-----  
-----Rua D na Quinta de S. Miguel em Almeirim, junto ao lote  
trinta e dois;-----  
-----Rua B na Quinta de S. Miguel em Almeirim, junto ao lote  
setenta e três;-----  
-----Rua C na Quinta de S. Miguel em Almeirim, em frente à  
passagem pedonal, entre os lotes dois e três;-----  
-----Colocação de uma passagem e respectiva sinalização na Rua  
Mouzinho de Albuquerque, próximo do número um;-----  
-----e colocação de um sinal de STOP na Rua dos Arreios, do lado  
direito no sentido Escolas Velhas, Rua Miguel Bombarda, junto ao  
entroncamento com a Rua Miguel Bombarda, ambas em Almeirim.-----  
-----A título excepcional, a Câmara deliberou colocar uma zebra  
junto ao número trinta e nove da Rua das Milheiras, em Almeirim,  
com vista a permitir a movimentação rápida de doente acamada e  
impedir o estacionamento abusivo que cerceia o socorro à doente.  
-----  
-----ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO - A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Baptista  
apresentou um fax do Agrupamento de Escolas Febo Moniz,  
solicitando que fosse providenciado o subsídio para renovação  
dos contratos de assistência das máquinas fotocopiadoras das  
Escolas Básicas do primeiro ciclo de Almeirim, Foros de Benfica  
e Benfica do Ribatejo, a contratar com Nabancópia e que no ano  
passado custou dois mil quatrocentos e sessenta e dois euros e  
vinte e dois cêntimos mais IVA.-----  
-----A Câmara deliberou custear esta despesa.-----  
-----  
-----AQUISIÇÃO DE LIVROS - Sob proposta do Sr. Vereador José  
Carlos da Silva, a Câmara deliberou comprar cinco exemplares do  
livro 'Os Amigos de Leonardo' ao poeta Leonardo do Carmo Viegas,  
ao preço individual de dez euros, residente em Salir, Loulé, com  
vários tipos de deficiência.-----  
-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES - Mediante informação do Gabinete de Acção Social, a Câmara deliberou custear o passe escolar de Bruno Miguel Assunção Maia de Benfica do Ribatejo para Santarém, para frequentar a Escola Profissional de Hotelaria.-----

-----Presente outra informação do mesmo Gabinete informando que os alunos Raul Ascensão, Hugo Santos, Joana Patrício, Pedro Araújo, Vanessa Paulo, Paulo Farinha e Rodrigo Neves vão frequentar o Programa Integrado de Educação em Formação, em alternativa ao sistema tradicional de ensino, para o que solicita o passe escolar para Marinhais.-----

-----A Câmara deliberou pagar.-----

-----SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE - O Sr. Vice-Presidente propos, atendendo aos resultados de idêntico evento no passado ano e no intuito de consciencializar os cidadãos para os problemas ambientais, da mobilidade e do desenvolvimento sustentável, que o Município de Almeirim adira à Semana Europeia da Mobilidade de dois mil e oito, que se realizará de dezasseis a vinte e dois de Setembro.-----

-----O executivo deliberou aprovar.-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Loteobra - Construção, Ld<sup>a</sup> - trezentos e trinta e seis A de dois mil e quatro; Vai Um - Construções Unipessoal, Ld<sup>a</sup> - cento e oitenta e sete; José Fernando Freitas Dias Sequeira - duzentos e quarenta e seis; e Paula Cristina Evangelista Cipriano - trezentos e oitenta e dois, todos de dois mil e sete; Luciano José de Almeida Ferreira - dezasseis; Ana Cristina Loureiro Batista Vieira - sessenta; Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Ld<sup>a</sup> - sessenta e oito, todos de dois mil e oito.---

-----  
-----  
-----Às dezoito horas e vinte minutos o Sr. Presidente declarou  
encerrada a reunião.-----  
-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição da  
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que  
lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição